operários e aos directores dos estabelecimentos as obrigações impostas por este decreto aos funcionários civis e aos chefes dos respectivos serviços.

§ único. Para as infracções cometidas pelos operários são reduzidos a metade os limites das multas prescritas nos artigos 11.º e 12.º deste decreto.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Março de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*Mário Pais de Sousa*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*António Lopes Mateus*—*Luiz António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

Inspeção do Comércio Bancário

Decreto n.º 20:983

À medida que a arrumação das contas públicas e o seu equilíbrio o foram permitindo, procurou o Governo facultar, por vários modos, disponibilidades cada vez maiores à agricultura, ao comércio e à indústria e trabalhar no barateamento do crédito. Não precisando de absorver para o deficit das contas, uma vez extinto, os novos capitais formados e libertando mesmo disponibilidades consideráveis com o reembolso da dívida flutuante por força dos saldos anuais, o movimento da taxa de juro tem sido claramente no sentido da baixa: o juro de 5 por cento a que está reduzido o dos bilhetes do Tesouro e a taxa real acusada pelas cotações dos títulos da dívida pública demonstram-no em relação ao Estado. Mas o fenómeno não é restrito aos empréstimos públicos, tendo-se estendido às operações entre particulares e entre estes e os estabelecimentos de crédito, podendo nos últimos anos notar-se deminuição nas taxas, de 3 e 4 pontos. Tudo isto concorreu para contrabalançar os sacrificios do contribuinte e moderar as repercussões da crise mundial.

Nenhuma dúvida poderia haver de que a sucessiva deminuição da taxa de juro se continuaria verificando até limites que não onerassem tam fortemente, como ainda agora acontece, a produção, se a crise não tivesse surgido como elemento perturbador, agravando a desconfiança e rareando os capitais. A intervenção do Estado no assunto é justificada pelas excepcionais circunstâncias do momento, que aconselham não apenas a aguardar mas a forçar a baixa do juro, em tanto quanto de si dependa, pois que a queda dos preços e a estagnação dos negócios tornam excessivamente onerosos para a produção os encargos do crédito que utiliza. Se os preços baixam e o dinheiro se valoriza, a remuneração dos capitais deve naturalmente ser menor.

Pretende o Governo que a produção e o comércio vão tendo ao seu dispor os meios que lhes possam ser fornecidos com segurança para consolidação e progresso da actividade nacional, subordinada à capacidade de consumo interno e de exportação. E antes de mais promove uma deminuição maior do juro, aliás em grande parte com sacrificio immediato de receitas públicas avultadas.

As providências tomadas não só se aplicam em campo extenso do crédito no País, como deverão ter benéficas repercussões nas operações de mútuo entre particulares, e devem beneficiar em alto grau o esforço da lavoura, da indústria e do comércio, coincidindo com estes factos

as naturais vantagens que os estabelecimentos de crédito irão encontrar na mais perfeita solvabilidade dos devedores e no maior movimento determinado pelo aumento das obras públicas e do trabalho geral.

Nestes termos, usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As taxas de juro de descontos e empréstimos efectuados pelos bancos e casas bancárias ou outros estabelecimentos de crédito de qualquer denominação, públicos ou particulares, não poderão exceder a taxa de desconto do Banco de Portugal, na sede, e no Porto ou nas provincias, conforme o caso, acrescida de 1,5 por cento.

§ 1.º Sendo cobradas quaisquer comissões, serão consideradas conjuntamente com o juro para efeito do limite fixado no corpo deste artigo. Não serão porém levados em conta para os efeitos deste parágrafo os prémios de transferência referentes a letras pagáveis em praça diferente daquela onde tiver lugar o desconto.

§ 2.º As taxas de juro applicadas em conformidade com este decreto não têm que ser diminuidas, nem podem ser aumentadas, em virtude de alteração da taxa de desconto do Banco de Portugal, durante o prazo por que as operações forem feitas.

§ 3.º As operações efectuadas à data da publicação deste, decreto mas não liquidadas em 1 de Julho do corrente ano, aproveitarão desde essa data do regime estabelecido por este decreto, salvo se os respectivos juros já tiverem sido pagos.

§ 4.º O disposto neste artigo não é applicável às operações do crédito hipotecário já realizadas, quando o mutuante as tenha feito mediante emissão de obrigações, nem às operações das casas de penhores e das caixas de crédito popular.

Art. 2.º As operações realizadas com violação do preceituado neste decreto consideram-se como importando prejuízo para a economia nacional, sendo applicáveis aos transgressores as penalidades do artigo 15.º do decreto n.º 15:316, de 24 de Março de 1928.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 7 de Março de 1932.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*Mário Pais de Sousa*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*António Lopes Mateus*—*Luiz António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armando Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordeiro Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Decreto n.º 20:984

A defesa mais acentuada da economia nacional e o fomento da riqueza e do trabalho que o Governo pre-